

RECURSO ESPECIAL Nº 1.656.517 - MG (2017/0041877-8)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : MARIA APARECIDA FONSECA DA CUNHA
ADVOGADO : DECIDERIO CARDOSO JUNIOR E OUTRO(S) - MG093428N
RECORRIDO : BANCO PAN S.A.
ADVOGADOS : NELSON PASCHOALOTTO - MG093392
ANA CAROLINA PEREIRA RIBEIRO - MG143310
DEBORAH VIEIRA LOPES E OUTRO(S) - MG057122N

EMENTA

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. TESE EM TORNO DA CAPITALIZAÇÃO DE JUROS NÃO PREQUESTIONADA. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NºS 282 E 356 DO STF. NÃO ESPECIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL QUE AMPARA A TESE TRAZIDA NO RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 284 DO STF. REDISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. INVIABILIDADE DE REEXAME DAS PROVAS DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. PRECEDENTES. ALEGADA OFENSA AO ART. 20 DO CPC/73. AUSENTE O PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS NºS 282 E 356 DO STF. AFIRMADA OFENSA AOS ARTS. 1.022, 489 E 1026 DO NCPC. INOCORRÊNCIA. MULTA DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO MANTIDA. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE, E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

MARIA APARECIDA FONSECA DA CUNHA (MARIA APARECIDA) ajuizou ação revisional de contrato bancário cumulada com repetição de indébito e anulatória contra BV FINANCEIRA, CRÉDITO, FINANCIAMENTO e INVESTIMENTO (BV), na qual narrou que tomou emprestada da instituição financeira a quantia de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), que seria paga em 60 parcelas descontadas em sua folha de pagamento.

Sustentou que foram cobrados juros capitalizados e que o desconto em folha excedeu o limite de 30% do valor que recebe de salário, o que não se pode admitir. Disse que a BV lhe ofereceu outro crédito, mas não assinou o contrato, tendo o sido creditado em sua conta-corrente, aumentando a parcela do empréstimo, sem o seu

consentimento.

Pediu a nulidade do segundo contrato e a revisão do primeiro, decotando a capitalização dos juros.

O Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Muriaé - MG julgou parcialmente procedentes os pedidos para (1) determinar que a BV limite os descontos das parcelas do empréstimo consignado (contrato nº 5047121438) a 30% dos vencimentos da autora; (2) reconhecer inexistente o segundo contrato (nº 5063255227), devendo as partes retornarem ao *status quo ante*; e (3) condenar a BV a indenizar MARIA pelos danos morais que suportou, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), corrigidos monetariamente (e-STJ, fls. 122/126).

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) deu parcial provimento a apelação de MARIA APARECIDA e negou provimento ao recurso do BV, que foi sucedida pelo BANCO PANAMERICANO, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL - INOVAÇÃO DE TESE RECURSAL - MATÉRIA NÃO ALEGADA EM CONTESTAÇÃO - PRECLUSÃO - AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS - EMPRÉSTIMO BANCÁRIO - DESCONTO EM CONTA CORRENTE PARA SATISFAÇÃO DE CRÉDITOS - NÃO OBSERVÂNCIA DA PARCELA CONTRATADA - DESCONTOS SUPERIORES A 30% DOS VENCIMENTOS/PROVENTOS - LIMITAÇÃO - POSSIBILIDADE - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - POSSIBILIDADE DE COBRANÇA APENAS NOS CONTRATOS EM QUE PREVISTA - DANOS MORAIS - COMPROVAÇÃO - INDENIZAÇÃO DEVIDA - REPETIÇÃO EM DOBRO - IMPOSSIBILIDADE - INEXISTÊNCIA DE MÁ-FÉ DO CREDOR - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - CONDENAÇÃO DE AMBAS AS PARTES - MANUTENÇÃO - Em observância ao princípio da eventualidade ou da concentração, cabe ao réu alegar em sua contestação toda a matéria de defesa de que dispõe, sob pena de ocorrer preclusão do direito de invocá-las em fases posteriores do processo, salvo as matérias de ordem pública ou, ainda, aquelas previstas no art.303 do Código de Processo Civil.

- Caracteriza inovação recursal apresentar em sede recursal matérias de defesa que não foram invocadas na contestação pela parte ré.

- Considerando os princípios da dignidade da pessoa humana e do equilíbrio econômico dos contratos, viável se verifica o desconto das prestações contratadas na folha de pagamento e na conta corrente da parte devedora, desde que não exceda o valor da parcela contratada que, por sua vez, deverá observar o limite de 30% dos seus vencimentos/proventos.

- Os descontos abusivos efetuados pelo requerido certamente agravaram os problemas financeiros da parte autora, comprometendo a sua sobrevivência, além de causar-lhe dano moral.
- É admitida a capitalização mensal dos juros nos contratos celebrados por instituições financeiras, após 31 de março de 2000, em virtude do disposto na MP n. 1.963-17/2000, e desde que haja pactuação expressa.
- Havendo sucumbência recíproca, as custas processuais e os honorários advocatícios deverão ser rateados entre as partes (e-STJ, fl. 193).

Os embargos de declaração de MARIA APARECIDA foram rejeitados, com imposição de multa (e-STJ, fls. 229/234).

Inconformada, MARIA APARECIDA interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, alegando violação dos arts. 46 da Lei nº 8.078/90 (CDC), 21 do CPC/73, 20, § 4º do CPC/73, 1.022, II, 489, § 1º, IV e 1.026, § 2º, do NCPC; ao sustentar que (1) quanto a capitalização dos juros não se aplica a Súmula nº 541 do STJ, porque no caso o contrato foi assinado em branco, bem como não foi devidamente informada pela instituição financeira sobre a cláusula que impôs a cobrança dos juros capitalizados, devendo ser reconhecida a sua abusividade; (2) o valor fixado a título de danos morais se mostrou irrisório para reparar a lesão que vem sofrendo há 5 anos, devido a conduta da instituição financeira ter descontado mais de 30% do valor da sua aposentadoria, prejudicando a sua subsistência digna; (3) deve ser revista a distribuição da sucumbência pois decaiu de parte mínima do pedido, tendo a instituição financeira arcar com a integralidade das custas e honorários; (4) o valor fixado a título de honorários se mostrou ínfimo e irrisório, dada a complexidade da demanda e os valores envolvidos e o valor o contrato; (5) os embargos de declaração não foram protelatórios, tendo sido necessária a sua oposição porque não houve pronunciamento do acórdão recorrido sobre questões postas na apelação, devendo ser excluída a multa aplicada; e (6) apesar dos embargos de declaração opostos o acórdão recorrido não sanou os vícios lá apontados (aplicação do art. 462 do CPC/73 e sobre a distribuição e valor fixado a título de honorários), negando a completa prestação jurisdicional.

Não foram apresentadas contrarrazões do recurso especial (e-STJ, fl. 254).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o recurso especial foi interposto contra

decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

(1) Da violação o art. 46 do CDC.

A tese da recorrente de que o contrato foi assinado em branco e que em virtude da inobservância do dever de informar não pode haver capitalização de juros não foi objeto de discussão na formação do acórdão recorrido, e nem tampouco o tema foi submetido a análise do TJMG nos embargos de declaração que manejou, de modo que o tema não pode ser enfrentado pelo STJ devido a ausência do indispensável prequestionamento.

Incidência das Súmulas nºs 282 e 356 do STF, aplicadas por analogia.

(2) Do valor da indenização por danos morais.

Alegação da recorrente de que o valor fixado a título de danos morais não foi suficiente para compor o abalo sofrido não está fundada em nenhum dispositivo legal eventualmente violado pelo acórdão recorrido ou e dissídio jurisprudencial, revelando a deficiência na fundamentação do recurso especial no ponto, atraindo a incidência da Súmula nº 284 do STF, por analogia.

Nos termos da jurisprudência desta Corte, a alegação genérica de violação ou de negativa de vigência de lei federal, sem indicar, de forma precisa, o artigo, parágrafo ou alínea da legislação tida por violada, tampouco em que medida teria o acórdão recorrido vulnerado a lei federal, bem como em que consistiu a suposta negativa de vigência da lei, demonstra a deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional, conforme os termos da Súmula nº 284 do STF.

Nesse sentido, os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA. CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INTERPRETAÇÃO. SÚMULA Nº 5 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO. SÚMULA Nº 284/STF.

1. A reapreciação da conclusão do aresto impugnado encontra óbice, no caso concreto, na Súmula nº 5 do Superior Tribunal de

Justiça.

2. Se nas razões de recurso especial não há sequer a indicação de qual dispositivo legal teria sido malferido, com a consequente demonstração da eventual ofensa à legislação infraconstitucional, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, a inviabilizar o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional.

3. A mera transcrição de trecho do acórdão não serve para demonstrar precisamente o dispositivo legal tido como violado. 4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp nº 1.327.582/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado aos 10/11/2015, DJe de 13/11/2015, sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/1973) - AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO. INSURGÊNCIA DA PARTE RÉ.

1. Ausência de indicação de dispositivos legais tidos por violados, bem como a indicação genérica, sem discorrer como consistiu a alegada afronta. Incidência do disposto na Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

[...]

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp nº 832.638/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, DJe 16/8/2016, sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO - AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO ESPECIAL - NO ÂMBITO DO RECURSO ESPECIAL NÃO CABE APRECIÇÃO DE VIOLAÇÃO À RESOLUÇÃO - DANOS MORAIS - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO NOS TERMOS LEGAIS - QUANTUM INDENIZATÓRIO - REEXAME DE PROVA - SÚMULA 7/STJ.

1.- Não cabe no âmbito do recurso especial apreciação de violação à Resolução, uma vez que resoluções, portarias, circulares e instruções, conquanto tenham natureza normativa, não se enquadram no conceito de 'lei federal' previsto no permissivo constitucional.

2.- Alegar violação à lei de forma genérica, sem particularizar os dispositivos violados, tem-se como deficiente a fundamentação do recurso especial, inviabilizado na origem (Súmula 284/STF).

[...]

6.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp nº 11.760/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI,

Terceira Turma, DJe de 9/9/2011, sem destaque no original).

No caso, o MARIA APARECIDA não indicou qual dispositivo de lei federal foi violado ou teve a vigência negada pelo acórdão recorrido para dar sustentação a alegação de que o valor fixado a título de danos morais foi insuficiente para compor seu sofrimento por obra da instituição financeira, o que revela a deficiência na fundamentação, atraindo o óbice sumular destacado.

(3) Da violação do art. 21 do CPC/73.

MARIA APARECIDA alegou que o BANCO deveria suportar integralmente os ônus sucumbenciais porque decaiu de parte mínima do seu pedido.

Na linha dos precedentes desta Corte, todavia, não é possível aferir, em grau de recurso especial o quantitativo em que autor e réu saíram vencidos na demanda ou a verificar a existência de sucumbência mínima ou recíproca para efeito de fixação de honorários advocatícios.

Tais questões não prescindem do revolvimento de matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula nº 7 do STJ.

A propósito, confirmam-se os seguintes julgados desta Corte:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. CAUTELAR. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PARCIAL PROCEDÊNCIA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. COMPENSAÇÃO. SÚMULAS NºS 7 E 306/STJ.

1. A reforma do julgado quanto ao redimensionamento da sucumbência demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que, havendo sucumbência recíproca, os honorários advocatícios devem ser compensados. Súmula nº 306/STJ. 2. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental.

3. Agravo regimental não provido.

(EDcl no REsp nº 1.418.825/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe de 13/11/2015).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO. IRRESIGNAÇÃO DO AUTOR.

[...]

4. Pretensão de redimensionamento dos honorários advocatícios sucumbenciais arbitrados na origem. A revisão da distribuição dos ônus sucumbenciais, com o intuito de perquirir eventual sucumbência recíproca dos litigantes, envolve ampla análise de questões de fato e de prova, consoante as peculiaridades de cada caso concreto, o que é vedado no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

(AgRg no AREsp nº 112.315/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, DJe de 26/2/2016).

(4) Da violação do art. 20, § 4º, do CPC/73.

A alegação de MARIA APARECIDA de que os honorários advocatícios foram fixados em valor ínfimo não foi discutida na formação do acórdão recorrido, estando ausente o indispensável prequestionamento do tema federal, atraindo a incidência da Súmula nº 211 do STJ.

Ressalte-se que o tema está abrangido pela preclusão consumativa porque não foi objeto da apelação interposta por MARIA APARECIDA.

E como o tema não foi objeto da apelação, não havia a obrigação do TJMG enfrentar a matéria nos embargos de declaração opostos.

(5) e (6) Da violação dos arts. 1.022, II, 489, § 1º, 1.026, § 2º, do NCPC.

MARIA APARECIDA sustentou que dois pontos dos seus embargos de declaração não foram examinados pelo acórdão recorrido, o que implica negativa de prestação jurisdicional e ausência de fundamentação.

Os embargos de declaração se destinam a suprir omissão, esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, podendo ser-lhes atribuídos, excepcionalmente, efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido.

No caso, não existe nenhum dos vícios do art. 1022 do NCPC, porque os temas levantados nos embargos de declaração de MARIA APARECIDA, quais sejam, a tese em torno do art. 462 do CPC/73 e de que os honorários advocatícios foram fixados em valor ínfimo, não foram devolvidos para apreciação do TJMG na apelação, de modo que não havia a obrigação de enfrentá-los, não servindo os aclaratórios para examinar inovação recursal, ainda mais porque ocorreu a preclusão quanto as referidas matérias, que não foram arguidas no momento adequado.

Dessa forma, não houve a omissão que MARIA APARECIDA gostaria de ver presente, pois as questões submetidas ao TJMG foram devidamente examinadas, não havendo que se falar em violação do art. 1.022 do NCPC ou em ausência de fundamentação.

Ressalta-se que, a omissão a que se refere o art. 1.022 do NCPC é aquela que recai sobre ponto que deveria ter sido decidido e não foi, e não sobre os argumentos trazidos pelas partes, sendo que, no caso, o TRF4 se manifestou sobre os temas necessários para solução da controvérsia trazida, sendo que o não acolhimento dos argumentos trazidos pela recorrente não qualifica o acórdão de omissão, ainda mais porque não trazidos na sua apelação.

Isso posto, nos termos da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, a solução integral da controvérsia, de maneira suficientemente fundamentada e coerente pelo Tribunal de Regional Federal, embora dando-lhes solução jurídica diversa da pretendida pelo recorrente, não caracteriza ofensa ao art. 1.022, do NCPC.

Confira-se, a propósito, os seguintes julgados:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 1.022 E INCISOS DO CPC DE 2015. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Depreende-se do artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil que os embargos de declaração são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador, ou até mesmo as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida. Não se prestam os aclaratórios ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de meramente dar efeito modificativo ao recurso.

2. No caso dos autos não ocorre nenhuma das hipóteses previstas no artigo 1.022 do novo CPC, pois o acórdão embargado apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão.

[...]

5. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no AREsp nº 817.655/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado aos 19/5/2016, DJe de 27/5/2016, sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. DESCUMPRIMENTO DE ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. NÃO CONFIGURADA. DEMORA NA BAIXA DO GRAVAME. DANOS MORAIS IN RE IPSA. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE FATO CAPAZ DE ENSEJAR INDENIZAÇÃO. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ.

DISSÍDIO PREJUDICADO. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Não ficou configurada a violação do art. 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional.

[...]

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp nº 1.749.408/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado aos 22/10/2018, DJe de 25/10/2018, sem destaque no original).

Afasta-se, assim, a alegada violação do arts. 1.022 e 489 do NCPC por suposta negativa de completa prestação jurisdicional e deficiência na fundamentação, porque efetivamente não ocorreu.

Quanto a multa aplicada nos embargos de declaração, ela se mostrou devida porque os embargos de declaração foram utilizados para discutir matérias não trazidas no recurso de apelação, mostrando ser protelatório o seu uso, pois os embargos não servem para inovação recursal.

Assim, é de se reconhecer que os embargos de declaração foram opostos com o intuito de retardar a conclusão do julgamento pela Corte de origem, revelando nítido caráter procrastinatório, o que, de fato, enseja a manutenção da multa prevista no art. 1.026 do NCPC (art. 538, parágrafo único, do CPC/73) aplicada.

Nesse sentido, vejamos os seguintes precedentes:

PROCESSO CIVIL E FINANCEIRO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. OFENSA AO ARTIGO 535 DO CPC/1973. NÃO CARACTERIZAÇÃO. REPASSES DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM. PERÍCIA TÉCNICA. REVISÃO E ANÁLISE. SÚMULA 7/STJ. MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. MANUTENÇÃO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...].

3. Os embargos de declaração que apresentam pretensão impertinente caracterizam-se como protelatórios, o que enseja a aplicação da multa prevista no parágrafo único do art. 538 do CPC/73.

4. Agravo interno não provido.

Superior Tribunal de Justiça

(AgInt no REsp nº 1.610.341/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, julgado aos 13/12/2016, DJe de 19/12/2016, sem destaque no original).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REJEITADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTUITO MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIO. CONFIGURAÇÃO. MULTA MANTIDA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO.

1. Deve ser mantida a multa do parágrafo único do art. 538 do CPC/73 quando caracterizado o propósito manifestamente protelatório na interposição dos embargos de declaração. Precedentes.

2. A ausência de decisão acerca dos argumentos invocados pelo recorrente em seu recurso especial, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.

3. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 4. A incidência da Súmula 7/STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.

5. Agravo interno no recurso especial não provido.

(AgInt no REsp nº 1.519.136/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, julgado aos 22/5/2018, DJe de 28/5/2018, sem destaque no original).

Nessas condições, **CONHEÇO** em parte do recurso especial, e, nessa extensão, **NEGO-LHE PROVIMENTO**.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de MARIA APARECIDA, nos termos do art. 85, § 11, do NCPC, observada a gratuidade judiciária.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator